



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1018508-06.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Embargos À Execução - Correção Monetária**
 Embargante: **MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS**
 Embargado: **Alliance Médicos Associados Ss**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Trata-se de embargos à execução opostos pelo **MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS**, contra a **ALLIANCE MÉDICOS ASSOCIADOS e JOSÉ LUIZ MATTHES**, alegando falha nos cálculos da embargada, que teria gerado excesso na execução no valor de R\$488,55 (R\$383,77 em relação ao valor das custas e R\$104,78 referente aos honorários advocatícios).

Sustenta que o montante devido foi atualizado erroneamente, devendo ser aplicado o índice de correção monetária previsto na Tabela Prática do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo relativo à Fazenda Pública.

Impugnação às fls. 17, alegando que os índices utilizados pela Fazenda Municipal não coincidem com os constantes da tabela prática de atualização do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Requeru a improcedência dos embargos.

O contador judicial apresenta seu cálculo usando a Tabela Prática do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo relativo à Fazenda Pública (fls. 20).

Não concorda o impugnado, fls. 24/25.

É o relatório.

Fundamento e decido.

Julgo os embargos imediatamente, pois a matéria é exclusivamente de direito.

As partes divergem quanto aos índices de correção monetária a serem aplicados ao valor a ser pago pelo embargante.

Observa-se às fls. 08 e 11 que os exequentes, de fato, não aplicaram os

1018508-06.2015.8.26.0566 - lauda 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

índices da Tabela Prática de Cálculo de Atualização Monetária de Débitos Judiciais relativos às Fazendas Públicas.

Com razão o embargante, pois, com o advento da Lei 11.960/2009, a correção dos débitos da Fazenda do Estado passou a ser feita com índices próprios, obedecida, porém, a declaração de inconstitucionalidade e modulação de seus efeitos pelo Supremo Tribunal Federal (Questão de Ordem nas ADIs 4.357 e 4.425).

Assim, o correto é a adoção da Tabela do TJSP – Modulada, que foi a utilizada tanto pelo embargante (fls. 12/137) quanto pelo contador (fls. 20).

Ante o exposto, correto o valor apontado pelo embargante, razão pela qual julgo procedente o pedido e determino que a execução prossiga pelo valor R\$ 2.893,78 (Dois mil, oitocentos e noventa e três reais e setenta e oito centavos), atualizados até maio de 2015.

Condeno a impugnada ao pagamento de honorários advocatícios, nos termos do artigo 85¹, § 1º do CPC/2015 fixados, por equidade, em R\$ 100,00 (cem reais), considerando a pequena complexidade da matéria e a repetitividade do questionamento.

Com o trânsito em julgado desta decisão, deverá a credora observar o procedimento abaixo para fins de expedição do ofício requisitório.

Com a implantação do novo Sistema Digital de Precatórios e RPV, nos termos dos comunicados SPI nº 64/2015 e DEPRE 394/2015, a solicitação de ofício requisitório deverá ser realizada exclusivamente por peticionamento eletrônico, através do portal e-SAJ, independente do formato da tramitação do processo principal, ou seja, digital ou físico.

Para tal finalidade, deverá o interessado, por petição intermediária protocolizada nos autos principais, utilizando a opção "Petição Intermediária de 1º Grau", solicitar a formação do Incidente Processual adequado, "Precatório" ou "RPV", conforme o caso, selecionando a Categoria adequada, onde informará os valores a serem requisitados, individualmente para cada credor, lembrando que o procedimento deverá estar devidamente instruído com cópia das principais peças dos autos originários.

¹ Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor.

§ 1º São devidos honorários advocatícios na reconvenção, no cumprimento de sentença, provisório ou definitivo, na execução, resistida ou não, e nos recursos interpostos, cumulativamente



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Formado o incidente, os novos autos digitais serão encaminhados à conclusão para deliberação e, posteriormente, se em termos, expedição de ofício (Precatório ou RPV), que será encaminhado eletronicamente ao DEPRE para as providências cabíveis, até integral adimplemento.

P.I.

São Carlos, 16 de dezembro de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**